

# AS CONDIÇÕES DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO CAFÉ DO SUL DE MINAS

RIBEIRO, Jeovana Nunes<sup>1</sup>

SANT'ANA, Raquel Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

O Trabalho rural é o tema de reflexão apontado em nosso estudo a fim de compreender nosso objeto de estudo: as condições de trabalho vivenciadas pelo trabalhador da colheita de café. Este artigo é fruto das reflexões realizadas para os estudos da tese de doutorado em Serviço Social na UNESP. O objetivo é analisar as estratégias dos trabalhadores para “sobreviver” ao trabalho sazonal, abordando os ciclos do café. O percurso que nos induziu ao estudo do trabalho rural, na região Sul de Minas Gerais, foi, por ser considerada, hoje, a maior região produtora de café do mundo. Isto nos chamou a atenção para compreender em primeiro lugar, o trabalho rural, levando em consideração as condições de trabalho que envolve desde o trabalho sazonal, a jornada de trabalho, produção, salário; e em segundo, as alternativas de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores na entressafra do café. Utilizamos a pesquisa qualitativa, onde aplicamos um questionário semi-estruturado a 20 trabalhadores rurais. O período de colheita ocorre em 05 meses, a partir do mês de maio e pode se estender até outubro, o que significa dizer que pós-safra muitos trabalhadores ficam “desempregados temporariamente”. Os dados da pesquisa de campo revelam situações muito graves: a maioria trabalha na informalidade, o que significa dizer que ficam sem direito ao seguro desemprego no período de entressafra, o processo de trabalho adoecce os trabalhadores e a remuneração é insuficiente para um patamar mínimo de dignidade e, a maior evidencia disso é que esse segmento é usuário frequente do benefício social: o Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Trabalhador Rural, Café, Trabalho Assalariado

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social no programa de pós-graduação em Serviço Social UNESP/Franca-SP. [jeonurib@yahoo.com.br](mailto:jeonurib@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutora e Livre Docente em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca. [raquelssfranca@yahoo.com.br](mailto:raquelssfranca@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como foco o trabalho rural na cafeicultura, na região Sul de Minas Gerais, a maior região produtora de café do Brasil e do mundo.

Minas Gerais responde por cerca de 50% da produção nacional. Praticamente 100% das plantações são de café arábica, cultivado em quatro regiões produtoras: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas, que exportam seus cafés pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

Metade dos empregos gerados pelo café no Brasil se encontra em Minas Gerais, que lidera a produção nacional. O café movimenta anualmente US\$ 800 milhões no estado - 18% do PIB agropecuários. A cadeia produtiva movimenta em torno de US\$ 1,6 bilhão por ano (4,5% do PIB agropecuário) e é responsável por cerca de 8 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos (VERAS, 2002).

O Sul de Minas é, isoladamente, a maior região produtora de cafés do Brasil. Com altitudes entre 850m e 1.250m, esta região é uma tradicional área de produção de café arábica a mais de um século. **Mais de 70% das propriedades produtoras são de pequeno porte e a maior parte do restante de porte médio**, embora algumas das maiores fazendas do Brasil estejam localizadas nesta área. O sistema semi-mecanizado adotado na maior parte do Sul de Minas é compatível com topografia de montanha e também com plantio adensado que vem sendo adotado nas áreas de relevo mais acidentado. A mecanização plena é possível nas áreas mais planas. A cafeicultura do Sul de Minas se baseia na diversificação agrícola. Em média, apenas 15% da propriedade são usados para o cultivo do café, embora o café represente 70% da renda. Cerca de 300.000 pessoas moram em fazendas de café no Sul de Minas, representando 50% da mão-de-obra empregada, o restante da qual deriva das pequenas cidades da região. (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2005-2009, p. 3, grifo nosso).

A reportagem, como é peculiar nesta área, camufla e provoca distorção fundamental na análise: embora predominem as pequenas propriedades em número, estas ocupam área ínfima frente as grandes propriedades. Estas, embora em menor número, ocupam a maior parte do território. A verdade trazida pela reportagem é que de fato, são as pequenas propriedades que empregam mais e povoam a área rural.

É importante ressaltar neste espaço que:

A cafeicultura foi inserida no Sul de Minas na metade do século 19 em grandes propriedades, que deram origem a diversos municípios. Algumas das principais cidades produtoras de café são Três Pontas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Varginha, São Tomás de Aquino, Itamogi, Alpinópolis e Santa Rita do Sapucaí. A região viu suas plantações crescerem vertiginosamente a partir de 1976, financiadas pelo governo brasileiro depois da quebra histórica da safra do Paraná com a geadas de 1975. (VERAS, 2002, p. 18).

O crescimento da produção do café desde o século XIX passa por diferentes ciclos de crises, e, o Brasil se estabelece como o maior produtor de café do mundo no século XXI, sendo responsável por 40% da produção mundial, segundo dados da Organização Internacional do Café de 2009. O estado de Minas Gerais é o maior responsável pelo processo de produção, que dos 853 municípios do Estado, aproximadamente 700, cultivam café (LOPES, 2011).

Ainda que as cifras da produção e importância da cafeicultura no estado sejam evidentes, é importante destacar que a punjança da atividade escamoteia relações arcaicas de trabalho, como é próprio da atividade capitalista.

A opção do Brasil no cenário atual é por um modelo de desenvolvimento agrário que associa os interesses do capital financeiro, industrial e rural, sem romper a aliança com as elites agrárias que se reúnem sob o signo do agronegócio. A modernidade do agronegócio, no entanto, desfaz-se ao desvendar as relações arcaicas de trabalho a que estão submetidos/as os/as trabalhadores/as das diversas cadeias produtivas e os graves problemas ambientais resultantes do uso abusivo e, por vezes indiscriminado, de agrotóxicos, o desrespeito ao meio ambiente e, ainda, o comprometimento da segurança alimentar do país, devido ao uso de sementes transgênicas e da vinculação da produção ao mercado internacional de commodities. (SANT'ANA, 2012, p. 1).

Este artigo apresenta, ainda que de forma modesta, as condições vida e de trabalho dos assalariados rurais da cafeicultura do sul de Minas Gerais a partir da pesquisa de campo que ainda está em curso.

## **O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Nosso estudo, foca o trabalhador rural no Sul de Minas, região que recebe, anualmente milhares de trabalhadores rurais para o trabalho na colheita de café. Esses atuam com vínculos formais, mas também na informalidade; geralmente são migrantes de outras regiões e residem em área urbana deslocando-se todos os dias para a lida do campo. Vejamos a fala de uma apanhadora de café entrevistada.

No período de colheita vou pra roça apanhar café. O ganho pode chegar no valor de R\$ 2.500,00, mais ou menos, por mês. Tem apanhador que chega a ganhar até R\$ 4.000,00 por mês. Enquanto que no trabalho de carteira assinada chega a ganhar no máximo R\$ 1.200,00. Eu tiro minhas férias do trabalho com carteira assinada, no período de colheita, para ganhar um pouco mais de dinheiro e reformar minha casa, pagar a prestação do meu carro, viajar, etc. Meu esposo também tira as férias dele na época da panha de café, para apanhar café. O café dar dinheiro, o café movimenta o comércio de Campo Belo, é na época da panha de café que a gente pode comprar roupas e fazer outras coisas, é o café que movimenta o comércio da cidade. (TRABALHADORA D, 2014).

É importante ressaltar que os valores acima mencionados não correspondem a média salarial do trabalho na panha de café, mas estão relacionados a um, ou outro trabalhador, atípico, considerados pelos demais colegas de trabalho como o “trabalhador bruto do cafezal”.

A média salarial equivale a dois salários mínimos, o que é considerado, entre os panhadores, um bom salário, haja vista, o desemprego no município.

Nossa pesquisa foi feita no município de Campo Belo-MG. Entrevistamos 20 trabalhadores rurais, que foram selecionados a partir do “conhecimento com moradores”, onde a pesquisadora, a partir do conhecimento com uma moradora do bairro, conseguiu realizar as entrevistas com trabalhadores da colheita de café, do bairro Jardim América, tendo em vista a facilidade e a confiança depositada nos entrevistados por conhecer a quem indicava. **A fala de nossos entrevistados está identificada pelas 26 letras do alfabeto**, a fim de preservar a identidade dos trabalhadores entrevistados e o sigilo ético.

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO E ACESSO AS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL**

Nosso estudo teve como finalidade analisar como os trabalhadores sobrevivem às passagens cíclicas do café, abordando, sobretudo, a exploração do trabalho.

Procurou-se analisar as expectativas geradas pelo “ganhar um pouco mais de dinheiro, na colheita” e, depois as estratégias utilizadas pelo trabalhador desempregado que reside em zona urbana, onde os empregos foram reduzidos desde a década de 1990, anverso do processo de reestruturação produtiva. Neste sentido, compreender melhor, quais são as possibilidades de sobrevivência na entressafra, ou melhor, analisamos como fazem os trabalhadores sazonais quando ficam desempregados e quais as alternativas de sobrevivência buscadas por estes trabalhadores.

Ainda que o foco dessa pesquisa não tenha como foco a saúde do trabalhador, as condições de trabalho evidenciam claramente o adoecimento provocado pelo processo laboral. Todos os trabalhadores entrevistados queixam de doenças oriundas do trabalho na colheita do café. As mais citadas foram a Lesão por Esforço Repetitivo, e, as do aparelho respiratório, esta última, via de regra, ocasionada pelas condições insalubres do clima/temperatura.

Na época da colheita, o trabalhador chega no local de trabalho às 7 horas e tem que suportar geadas, frio, ter contato com as folhas das plantas molhadas e geladas; depois, ao

longo do dia, sob sol escaldante tem que suportar altas temperaturas. No final da jornada, entre 16:00 e 17:00, está exposto, novamente, a queda da temperatura. Essa exposição contínua e prolongada é agente causador de doenças respiratórias frequentes como destaca a trabalhadora, entrevistada na pesquisa de campo.

As roupas ficam molhadas quando começa a panhar o café de manhã cedo, e seca no corpo mesmo, a gente nem lembra de tirar a roupa porque a gente só quer panhar café, enfia o braço lá dentro da planta e puxa o café, molha tudo, tudinho mesmo, até o rosto fica molhado. No final da panha a gente tá com tosse, com secreção no pulmão, aí a gente vai no postinho se tratar. O médico pergunta aonde nós tava e nós responde: panhando café, né, doutor! (TRABALHADORA I, 2014).

Há de se destacar, ainda, a sobrecarga de trabalho. A medida que o salário é por produção e que as possibilidades de auferir melhores ganhos só ocorre nesse período restrito da colheita. O trabalhador realiza um esforço excessivo no sentido de conseguir ganhar o que lhe permita sobreviver depois do período de colheita/panha. Esse esforço por conseguir colher mais e receber mais, para garantir sua sobrevivência é destacado nas falas dos trabalhadores abaixo:

Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha não faço nada, eu fico assim na rua conversando, na praça, nas esquinas. Sou considerado aqui no bairro o melhor panhador de café, eu trabalho muito. Eu fico 05 meses panhando café e o resto do ano eu fico de boa, sem fazer nada, não trabalho com outra coisa, só com o café porque me dá dinheiro para ficar assim, sem fazer nada. (Trabalhador O, 2014).

Quanto mais se panha café, mais se ganha, pois a gente ganha por balaio. Eu comprei até um braço mecânico para me ajudar na panha. Eu defino a minha hora de trabalho, se eu quero ganhar mais eu vou trabalhar mais. (TRABALHADORA D, 2014).

A fala dos trabalhadores, nos remete aos estudos de Marx (2010, p. 63) quando ele nos relata que “o operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais, seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo”, com isso, passa a viver para o trabalho, numa rotina diária de acordar cedo para trabalhar e dormir cedo e acordar para o trabalho, enquanto que o tempo necessário para vida social, acaba ficando no segundo plano ou no esquecimento. Na ilusão de ganhar mais, “faz concorrência a si mesmo, a si mesmo como membro da classe operária”.

Com relação ao período de entressafra, partimos da hipótese que muitos trabalhadores procuram os programas sociais de transferência de renda ou, quando adoecidos,

recebem o auxílio doença/Previdência Social. Todavia nossa hipótese não foi confirmada, mas constatamos que os trabalhadores não procuram os programas sociais, porque eles são excluídos dos programas, tendo em vista as normas que regem os mesmos. Lembramos que, os programas de transferência vigentes em nosso país são focalistas, seletivos e compensatórios e os trabalhadores entrevistados não fazem parte ou não se encaixam nas regras estabelecidas.

Em relação a Previdência Social, nenhum trabalhador entrevistado procurou o auxílio doença, ou quaisquer outros benefícios, mesmo quando um dos trabalhadores entrevistados teve o dedo amputado na polia de café, tendo em vista sua condição de trabalhador informal “desprovido de direito” na época.

A viabilização deste processo é feita pelo Estado que de um lado cria programas focalizados de transferência de renda e de outro, permite o trabalho rural com contratos por safras (Lei 5.889 de 08/06/1973; Decreto 73.626 de 12/02/1974 e NR 31 anexo a Portaria nº 86, de 03 de março de 2005).

Existem hoje no Brasil cerca de 5 milhões de homens e mulheres vendendo a sua mão-de-obra na agricultura, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A maioria exerce as atividades sem proteção de convenções ou acordos coletivos de trabalho. Muitos trabalhadores moram nas periferias das cidades e se deslocam quando surge serviço. Enfrentam problemas graves, como remuneração baixa, discriminação da mulher, analfabetismo, envenenamento por agrotóxicos e diversas situações degradantes. O café é a segunda atividade rural que mais emprega à margem da legislação, só perdendo para a pecuária, afirma o diretor de assalariados da Contag, Guilherme Pedro Neto: *“Menos de 10% dos trabalhadores do café têm carteira assinada”*. (VERAS, 2002, p. 17, grifos do autor).

Conforme já destacado, o trabalho nas “ruas das fazendas de café”, como assim denominam os trabalhadores, é periódico, tendo em vista o ciclo de frutificação “natural”, que “depende da natureza”, das plantas, da colheita do café, que vai de março a outubro.

É importante ressaltar que em nosso estudo encontramos quatro trabalhadores contratados com carteira de trabalho assinada e permaneceram na fazenda, no período posterior colheita, haja vista a necessidade de cuidados com a planta.

#### **Quadro 01: Trabalhadores formais do café**

1.	Trabalhador "C"	Carteira Assinada há 35 anos, mas em diferentes fazendas	Faz outros serviços no período de frutificação do café
----	-----------------	--	--

2.	Trabalhador "F"	Carteira Assinada há 05 anos, mas em diferentes fazendas	Faz outros serviços no período de frutificação do café
3.	Trabalhador "G"	Carteira Assinada há 02 anos na mesma fazenda	Faz outros serviços no período de frutificação do café
4.	Trabalhador "M"	Carteira Assinada há 20 anos, mas em diferentes fazendas	Faz outros serviços no período de frutificação do café

Fonte: Primária, 2014.

Concordamos com Antunes (2002) quando relata que um grande número de trabalhadores são descartados. No caso da colheita de café, semestralmente, há um grande número de descarte da mão de obra, devido a “demanda” sazonal da produção do café que tem a maior parte dos tratos da cultura sendo feita de forma mecanizada ou com insumos químicos.

Dos 20 (vinte) trabalhadores entrevistados, em nosso estudo, apenas, 04 tem carteira de trabalho assinada como trabalhadores rurais, panhadores de café, 14 vivem na informalidade, sem nenhum tipo de contrato de trabalho e 02 são trabalhadores de outros ramos, que tiram férias no mês de junho para panhar café, acreditando que o café “dá dinheiro”.

O processo de trabalho nas fazendas de café deveria se pautar pela legislação trabalhista, resultado de conquistas dos trabalhadores, ou seja, deve ser regido por contrato de trabalho ou contrato de safra, seja ele formal ou informal.

Observamos, também, em nosso estudo que as condições de trabalho são bastante precárias e que ocorre com frequência o desrespeito a legislação social. Além disso, posterior ao período de colheita, muitos trabalhadores ficam desempregados a espera da próxima safra, ou, optam em fazer “bicos” como bem relata a fala da Trabalhadora abaixo, entrevistada.

Hoje a gente trabalha assim um tempo na roça outro tempo na cidade fazendo bicos, hoje eu tô fazendo bico, tirando linha de peças de calças jeans, ganho por peça. Mais se eu pudesse eu estava trabalhando na roça direto porque tenho amor. Cada panha de café tem um preparo, adubação, plantação, tudo isso ai eu já fiz né! Capina de milho, de feijão, eu fiz de tudo, ah se eu pudesse eu estava na roça mesmo, trabalhando direto lá, podia ser na chuva, no sol, porque eu tenho amor na roça. (TRABALHADORA N, 2014).

As poucas alternativas de trabalho em município de pequeno porte é uma realidade no país. Frente à isso questionamos: O que fazem os trabalhadores antes empregados na cultura cafeeira, agora, na condição de desempregados tempoários e na luta pela sobrevivência?

O quadro abaixo, nos mostra que no período pós-safra muitos desenvolvem trabalhos precários, aguardando a próxima safra, e, somente dois trabalhadores: “D” e “E” tem vínculo empregatício, noutro ramo.

### Quadro 02: Trabalhadores informais do café

1.	Trabalhadora "A"	"Fico costurando em casa. Tive carteira assinada 06 meses"
2.	Trabalhadora "B"	"Trabalho como diarista. Tive carteira assinada 06 meses"
3.	Trabalhadora "D"	"Tenho outro trabalho de carteira assinada como serviços gerias e na época do café, tiro minhas férias, eu e meu marido tiramos férias para panhar café. Eu trabalho num lugar, ele noutro. Nós tira as férias só na época da panha".
4.	Trabalhador "E"	"Trabalho como funcionário público. Sou gari da prefeitura e tiro férias na época da panha, para trabalhar no café e ganhar mais dinheiro".
5.	Trabalhadora "H"	"Vivo com dinheiro do meu marido".
6.	Trabalhadora "I"	"Recebo pensão do meu marido, sou viúva. Tive carteira assinada - 5 meses".
7.	Trabalhador "J"	"Faço bico, pego o que aparecer".
8.	Trabalhadora "K"	"Faço bico, hoje estou trabalhando na padaria e não tenho certeza se volto para o café em maio".
9.	Trabalhador "L"	"Trabalho por dia, nas fazendas, fazendo qualquer serviço. Hora eu tô numa fazenda, hora eu tô na outra. Um dia eu fico numa fazenda, outro dia, se aparecer serviço eu vou para outra fazenda".
10.	Trabalhadora "N"	"Tiro peças de linhas, em casa. A fábrica deixa as peças e eu tiro as linhas".
11.	Trabalhador "O"	"Junto dinheiro na colheita, na época da panha e quando não tem panha eu fico na rua conversando, na praça, nas esquinas. Quando não tem panha, eu não faço nada".
12.	Trabalhador "P"	"Trabalho como ajudante nos frigoríficos".
13.	Trabalhador "Q"	"Estou fazendo bico de pedreiro . Tive a carteira assinada 37 anos. Hoje não é mais assinada".
14.	Trabalhadora "R"	"Fazendo bico nas fazendas, trabalhando por dia. Tive carteira assinada 18 anos".
15.	Trabalhador "S"	"Faço bicos ou faço nada".
16.	Trabalhador "T"	"Faço o que aparecer".

Fonte: Primária, 2014.

Observamos que os trabalhadores panhadores de café, informais, passam pela vida ora fazendo bicos, ora fazendo nada, uma vez que não há emprego para todos, nem políticas sociais voltadas para atender ao segmento da classe trabalhadora panhadora de café, que está sujeita ao trabalho sazonal.

E ainda, diante de um quadro de desemprego, afastamento dos Sindicatos e do Estado, ocorre, cada vez mais, esforços excessivos para maximizar o lucro expondo os trabalhadores a pressão no que tange ao cumprimento de metas, ritmos de produtividade, manutenção dos equipamentos, novas exigências de qualificação profissional e de produção e controle, por meio do uso de recursos eletrônicos, informática e práticas administrativas, bem como o uso do tempo livre, entre outros. Estas novas exigências, presentes nos ambientes e relações sociais de trabalho, vulnerabilizam a saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, 2008; ANTUNES, 1999).

Talvez o aspecto essencial das atuais transformações no mundo do trabalho, aquilo que genericamente denominamos “reestruturação produtiva”, seja a destruição em larga escala de força de trabalho. Nunca antes o desenvolvimento das forças produtivas sob a regência do capital articulou, de forma tão intensa, o desenvolvimento das forças produtivas com a geração de um excedente tão expressivo de força de trabalho. A tal ponto chegamos nesse processo que, tanto nos países capitalistas centrais, quanto na periferia, tanto em economias mais modernas e industrializadas (França, Inglaterra, Alemanha e EUA) quanto nas mais atrasadas (América Latina, Espanha, países africanos, etc.), a “reestruturação produtiva”, a “modernização”, têm se convertido em sinônimo de desemprego. Talvez estejamos no limiar de um período histórico no qual o caráter destrutivo do capital se manifeste, como nunca antes, na articulação estrutural entre desenvolvimento das forças produtivas e destruição da força de trabalho através da manutenção de taxas elevadas de desemprego. (LESSA, 1997, p. 154).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 69, ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Minayo *et al* (Orgs). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Assistência e previdência: uma política marginal**. Os direitos dos (desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 1989.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **A dimensão Investigativa no Serviço Social**. In: Palestra para pós-graduação. Franca: Unesp, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª edição. São Paulo: Corte, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Iamamoto & Carvalho (Orgs). 14 ed. São Paulo: Cortez/Celatz, 2001a.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. 3ª Edição Revisada. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Centralidade do trabalho: Qual Centralidade**. In: Revista Ciências Humanas, v. 15, nº 22. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

LOPES, Renato. Maiores Produtores de Café do Mundo. **Melhores Maiores**, [Rio de Janeiro], 24 março 2011. Disponível em: <<http://melhoresmaiores.com.br/119/maiores-produtores-de-cafe-do-mundo->>>.

LOURENÇO, Edvania Angêla de Sousa. **O mundo do trabalho adoece**. In: Estudos do Trabalho. Ano II, Número 3, Revista da RET, Rede de Estudos do Trabalho: 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital: Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. São Paulo: Huciet, 1992.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1981.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas**. In: CFESS Manifesta. Brasília: CFESS, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem**. São Paulo: Campus, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Tipos de Café. **SINDICAFÉ-MG**. 2005-2009. Disponível em <<http://sindicafemg.com.br/plus/modulos/conteudo/?tac=tipos-de-cafe->>>.

VERAS, Dauro. **Café do Brasil: O sabor amargo da crise**. Florianópolis: Gráfica Agnus, setembro de 2002.